

AS REPRESENTAÇÕES DA DIVERSIDADE SEXUAL NO CAMPO RELIGIOSO

José Pedro SIMÕES NETO*

Luciana Patrícia ZUCCO**

Maria das Dores Campos MACHADO***

Fernanda Delvalhas PICCOLO****

RESUMO: O texto faz uma discussão sobre a importância de temas relativos à diversidade sexual para o Serviço Social brasileiro. Uma grande proporção de assistentes sociais é religiosa, adquirindo concepções sobre sexualidade de sua formação religiosa. Assim, na sua prática profissional o assistente social precisa lidar com concepções de sexualidade com as quais ele não teve um treinamento para isso. O artigo mostra as diferentes concepções de diversidade sexual dos grupos religiosos – católico, evangélica e espírita – a partir do discurso das suas lideranças.

PALAVRAS CHAVE: Diversidade Sexual, Serviço Social, Religião

Introdução

A promoção dos direitos sexuais e de uma política sexual está na agenda pública brasileira (BRASIL, 2004), como resultado da ação de vários movimentos sociais, inclusive do movimento LGBT. Não obstante, identificam-se tentativas de diferentes grupos religiosos de negar as demandas desses sujeitos sexuais coletivos e de influir na legislação e nas iniciativas governamentais nesse campo. Assim, a defesa da liberdade de orientação sexual e o desenvolvimento de ações de prevenção e combate à discriminação e à violência homofóbica são questões colocadas aos assistentes sociais e a sua agenda de debates. Esta agenda deve incluir uma discussão sobre os valores profissionais defendidos pela categoria, bem como dos valores incorporados e apreendidos pelos próprios assistentes sociais.

* Professor da Escola de Serviço Social/UFRJ, doutor em sociologia (IUPERJ). Rio de Janeiro. josepeneto@gmail.com

** Professora da Escola de Serviço Social/UFRJ, doutora em Ciências da Saúde (FIOCRUZ). Rio de Janeiro. lpzucco@uol.com.br

*** Professora da Escola de Serviço Social/UFRJ, doutora em sociologia (IUPERJ).

**** Pesquisadora do Projeto de Pesquisa “Homofobia e Violência: um estudo sobre os discursos e as ações das tradições religiosas brasileiras em relação aos GLTB”, doutora em Antropologia pelo Museu Nacional/UFRJ.

A tradição do Serviço Social no Brasil foi a de qualificar o discurso profissional do ponto de vista político. Este avanço sintonizou-a com o debate político mais amplo da sociedade, e, ainda que importante, deixou lacunas na formação profissional. Uma delas foi o preparo dos assistentes sociais em lidar com realidades sócio-culturais e de valor distintas daquelas originadas em instâncias de socialização das quais os profissionais são oriundos.

Neste artigo, o ponto de reflexão são as questões relativas à diversidade sexual tal como apreendidas pelas lideranças religiosas¹. No entanto, outras questões culturais e de valor são colocadas para os assistentes sociais sem que os mesmos tenham uma qualificação a contento para trabalhar com elas. Assistentes sociais que lidam com aborto, sexualidade, morte, demandas raciais e mesmo com grupos em desvantagens sociais, carecem repensar permanentemente seus valores, de modo a que o profissional não venha a ter ações preconceituosas ou antiéticas com seus usuários.

Desta forma, o presente trabalho apresenta os discursos de lideranças católica, evangélica e espírita, em relação ao tema da diversidade sexual, tendo em vista que os assistentes sociais são chamados a prestar atendimento, tanto às lideranças religiosas, quanto aos fiéis de diferentes doutrinas religiosas, muitos destes integrantes do movimento GLBT.

Metodologia

Os dados aqui apresentados são oriundos de uma abordagem qualitativa e da utilização da análise temática sugerida por Bardin

¹ Essa sistematização é um dos produtos da pesquisa “Homofobia e Violência: um estudo sobre os discursos e as ações das tradições religiosas brasileiras em relação aos GLTB”, realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Diversidade Sexual e Religião da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tal pesquisa contou com apoio técnico e financeiro do Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS (MS/SVS/PN-DST/AIDS), por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional AD/BRA/03/H34 firmado entre o governo brasileiro e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime – UNODOC. Seu protocolo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Enfermagem Anna Nery da UFRJ, e o consentimento livre e esclarecido foi obtido de todos os participantes.

(2007). Este tipo de análise busca identificar os núcleos de sentido que fazem parte da comunicação e que se apresentam como expressivos de significados ao tema analisado. Logo, os sem-tidos sobre diversidade sexual trabalhados foram àqueles identificados como preponderantes nas falas das lideranças religiosas.

Os depoimentos de 16 lideranças religiosas foram obtidos através de entrevistas semi-estruturadas, realizadas em 2007 e 2008. Todos os sujeitos da pesquisa estavam situados na região metropolitana do Rio de Janeiro e pertenciam as seguintes tradições: cinco (05) católicas, quatro (04) espíritas e sete (07) protestantes, sendo esta última das seguintes denominações: luterana (01), batista (01), evangelho quadrangular (01), presbiteriana (01), congregação cristã no Brasil (01), assembléia de Deus (01) e ecumênica (01), conforme demonstra tabela abaixo.

Tabela I - Lideranças Religiosas segundo Sexo, Idade, Escolaridade, Igreja e Cargo

Sexo	Idade	Escolaridade	Igreja	Cargo
M	45	Pós-grad.	Católica	Padre e professor universitário
M	49	Pós-grad.	Católica	Padre e ex-diretor de Seminário
M	59	Pós-grad.	Católica	Bispo
F	47	3º grau	Católica	Freira
M	43	3º grau	Católica	Dirigente da RCC
M	62	Pós-grad.	Evangélica - Luterana	Pastor
M	55	Pós-grad.	Batista Brasileira	Pastor e diretor de Seminário
F	57	3º grau	Evangelho Quadrangular	Pastora e Advogada
M	43	Pós-grad.	Presbiteriana Cristã do Brasil	Pastor
M	55	3º grau inc.	Presbiteriana Cristã do Brasil	Pastor
M	33	2º grau	Assembléia de Deus	Pastor
M	30	Pós-grad.	Reformada Ecumênica	Pastor
M	72	1º grau	Instituto Espírita C.J	Médium
M	46	3º grau	Centro Espírita L. D.	Médium e Professor Curso Família
F	65	3º grau	Centro Espírita L. D.	Médium e Diretora de Centro
M	56	3º grau	Conselho Espírita Estadual do RJ	Médium e Coordenador do Conselho

Cabe destacar que o perfil das lideranças religiosas permite contextualizar a multiplicidade de posicionamento identificada sobre diversidade sexual, bem como dar visibilidade à interação

entre os aspectos individuais e da tradição religiosa, presentes em suas falas. Esse conjunto de características explicita, igualmente, a relação estabelecida entre narrativas individuais e culturais, ou, ainda, à dinâmica entre as dimensões subjetivas e objetivas.

Os Católicos

Embora o Vaticano tenha produzido, nas últimas décadas, uma série de documentos condenando a homossexualidade e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil endosse a maioria das posições assumidas pelo papado atual no campo da sexualidade, da contracepção e da prevenção das DSTs/Aids, pesquisas recentes (Serbin, 2008; Natividade e Oliveira, 2007) revelam discursos e ações diferenciadas em relação às demandas dos movimentos feministas e dos segmentos LGBT. Tais estudos expressam uma abertura ao diálogo com as outras esferas de valores da sociedade. Os dados aqui apresentados confirmam essa tendência de negociação cognitiva por parte de alguns segmentos católicos locais com o discurso dos direitos humanos e com algumas teses das áreas biomédicas e “psi”, mas também revelam posições mais reativas e defensivas que se alinham com o discurso oficial e as orientações da Santa Sé sobre esse leque de questões.

Antes de examinar as diferentes visões sobre diversidade sexual, deve-se esclarecer que mesmo reconhecendo no caráter heterogêneo do subconjunto dos entrevistados católicos - que incluía um bispo, dois sacerdotes, uma freira e um fiel, que lidera o Movimento de Renovação Carismática no Estado - um fator que favorece a pluralidade de opiniões, não se pode assegurar que a diversidade de opiniões esteja relacionada às distintas posições hierárquicas dos entrevistados na instituição religiosa, como veremos a seguir.

LC.1 (59 anos) é um bispo com formação na área biomédica e atuação em várias pastorais - família, saúde e juventude -, e juntamente com a freira LC.4 (47 anos), foi um dos poucos entrevistados que revelou ter participado em algum momento de suas vidas em trabalhos com portadores do HIV. Em seu discurso a homossexualidade se apresenta como opção, categoria que, expressa o reconhecimento da capacidade do agente social em discernir o que quer. Deve-se destacar, contudo, que a categoria

“opção” aparece associada com a noção de tendência, que exprime uma inclinação que pode ou não ser desenvolvida. Essa associação é importante, pois permite separar a pessoa com tendência homossexual da relação homossexual em si, que é fortemente rejeitada pela doutrina cristã e pelos documentos do Vaticano. E, mesmo que a tendência seja desenvolvida, a concepção da homossexualidade como opção imprime um caráter contingente a essa expressão da sexualidade, recolocando a expectativa de que a mesma seja abandonada. Por isso, na visão desta liderança “a pessoa que optou pela homossexualidade não deixou de ser uma pessoa humana e ter o seu valor intrínseco. Afinal, todos, homossexuais e heterossexuais são iguais e o fundamental é a vida que eles levam”.

De acordo com a religiosa LC.4, que atuou durante vários anos na Região da Baixada Fluminense,

a igreja atribui ao fenômeno a uma causa genética e, assim, acha e, de certa forma, eu também, que o homossexual, que assumiu plenamente seu homossexualismo, é uma pessoa muito especial. E o especial dele não é uma coisa que ele escolheu, pode até ser uma coisa que ele consentiu, mas é uma coisa mais complexa.

De modo geral, ainda que os líderes religiosos dialoguem com os discursos das áreas médicas e da psicologia, a apropriação das explicações e ou visões do campo científico tem um caráter seletivo e parcial, submetendo os argumentos eleitos a um processo de ressignificação. Neste sentido, é que as duas lideranças católicas citadas enfatizam o caráter “anti-natural” das relações sexuais entre os iguais.

Homem pode ter uma relação de sexo e de afetividade com outro homem, mas nenhum dos dois deixa de ser homem. No mesmo caso a mulher. Essas relações não podem ser vistas como a união profunda que há entre homem e a mulher. Eles não podem completar um ao outro, porque a natureza não os capacitou para isso. Embora não seja só isso que constitua uma relação entre homem e mulher. A natureza humana apresenta-se de duas formas: a masculinidade e a feminilidade, o homem e a mulher. O comportamento aí já vem determinado.

Sei que há tendências que cada um pode seguir, mas isso não nega uma realidade verdadeira que é a natureza (LC1).

A questão do homossexualismo é vista com muita reserva dentro da igreja. E é contra a natureza, a natureza normal de uma pessoa, da índole dela. Acho que há uma visão da moral sexual que é ligada a questão da experiência da sexualidade. Então, o homem, que é mulher ou que tem uma tendência feminina maior do que a masculina, ou que escolhe isso, não é aceito pacificamente pela igreja (LC.4).

Para Torres (2006:144), o termo natureza na moral cristã esta inscrito na cosmogonia do mito fundador, na qual a divindade criou homem e mulher para povoarem a terra. Nos primeiros anos do cristianismo, enfatizava-se a dimensão procriativa das relações sexuais e condenava-se a toda e qualquer forma de prazer sexual, entre elas a sodomia. A partir dos séculos XI e XII, entretanto, as punições e restrições aos homens que faziam sexo com outros homens aumentaram e o “vício” ou o “pecado” da sodomia passou a ser visto como “pecado nefando”. Posteriormente, entre os séculos XV ao XIX, os pecados sexuais seriam classificados pela Igreja Católica em dois grandes grupos: “os de acordo com a natureza (fornicação, adultério, incesto, estupro e rapto) e aqueles contrários à natureza (masturbação, sodomia, homossexualidade e bestialidade). O segundo grupo, aqueles contra a natureza, se tornava mais grave por ferir o critério de procriação, constituindo um abuso mais radical da sexualidade humana no discurso sedimentado historicamente” (2006:149).

A “Ética Natural”, “baseada na inspiração divina e formulada principalmente por Tomás de Aquino” era hegemônica naquele contexto e influenciou tanto os teólogos católicos, quanto os protestantes da época moderna. Nessa linha de interpretação, foi justamente essa Ética Natural, alimentada pela concepção dualista e grega do corpo e da alma, assim como pelas concepções judaicas sobre a pureza do corpo humano, que possibilitou a criação da figura do sodomita tão combatida em momentos passados da história ocidental cristã (Torres, 2006: 149).

O interessante é que se o posterior diálogo da tradição com os discursos das áreas biomédicas, se por um lado, não resultou no abandono da perspectiva naturalista hegemônica nessa

configuração religiosa, por outro, permitiu pequenos deslocamentos na maneira de tratar os sujeitos sociais com práticas sexuais alternativas. O princípio da misericórdia e a noção de compaixão aparecem nos discursos da religiosa LC.4 e do Bispo LC.1, sugerindo que alguns líderes trazem para o campo da sexualidade as orientações da CNBB para o atendimento aos segmentos mais marginalizados da sociedade capitalista brasileira.

Existe uma norma eclesial que diz que o homossexualismo é um pecado grave, muito grave e que a pessoa tem que converter (...) Eu acho que cabe a mim acolher as propostas da igreja como uma lei de vida e peço a Deus que me ajude sempre nisso. Porém, na relação com o outro o meu princípio é a misericórdia, porque é o princípio do meu amado (LC.4).

A Igreja tem que agir como Jesus que se relacionou com todas as pessoas que se achegavam a ele, com acolhimento, com misericórdia, com o amor. Vendo por trás de comportamentos e atitudes, a pessoa em si (...) Como é que a igreja lida com pessoas que tem tendências ou atividade homossexual? Com a misericórdia, com a bondade e com a valorização da pessoa em si (...) Por que eu disse a misericórdia? Porque essas pessoas são pecadoras crônicas e irremediáveis? Não! Misericórdia é compreender a situação de cada um e acolher para dar a todos justamente aquilo que eles merecem como ser humano (LC.1).

A preocupação com o sofrimento dos que apresentam orientação homossexual e a defesa de seu acolhimento também aparecem nos depoimentos de LC.2 (49 anos), liderança que teve um papel importante na formação espiritual dos candidatos ao sacerdócio na última década. Em sua fala, as práticas e desejos homossexuais são associados ora ao descumprimento das normas de Deus ora aos problemas psicológicos e físicos. Sua classificação binária da homossexualidade é importante, entretanto, para definir o tipo de encaminhamento a ser dado.

O grande problema com a homossexualidade é que ela está associada a diversos fatores. Existe aquela homossexualidade periférica, que se percebe que é

algo passageiro, um determinado momento da sua vida, uma situação. E tem aquele homossexual que já está enraizado na sua vida (LC.2).

A percepção de que esse tipo de conduta pode ter um caráter experimental como tantas outras formas de atitudes humanas, que se desenvolvem na juventude, é que faz com que se enfatize a castidade, seja como uma estratégia transitória até que se superem as dificuldades psicológicas, seja como algo mais permanente em favor da espiritualidade.

Certa vez, um jovem me procurou e me disse: ‘Padre, eu sou homossexual e queria saber o que a Igreja pensa a respeito’. Então, expus para ele o pensamento da Igreja e ele me fez a seguinte questão: ‘Mas então eu não tenho o direito de ser feliz?’ Isso porque eu recomendei a ele o celibato nesta situação. E aí ele disse assim: ‘Eu não tenho direito de ter alguém, se eu sou assim?’ Então, são momentos em que a gente fica realmente apreensivo em ver o sofrimento da pessoa com relação a essa situação. A Igreja nos recomenda sempre a máxima de Jesus, praticar a caridade, não podemos excluí-los, então, acolhemos. Aceitamos o homossexual, mas não a prática (LC.2).

No seu depoimento, o exercício da sexualidade deve se dar no contexto do matrimônio e a orientação a ser dada a todos os jovens é sempre a de se manter casto até que a união, entendida em termos do padrão heterossexual, seja consagrada pela Santa Madre Igreja. De acordo com suas palavras,

o acolhimento é sempre feito com caridade e as orientações que a Igreja já deixou bem claras, que são de conhecimento público. Então, se chegasse para mim um rapaz heterossexual e depois me chegasse um rapaz homossexual, a orientação seria a mesma para os dois: enquanto você não se casar você deve se preservar e se manter casto. Seria esse tipo de orientação, embora para o homossexual não haja a possibilidade de casamento (LC.2).

A postura mais dissonante em relação às colocações do Vaticano foi a do sacerdote e professor universitário LC.3 (45

anos), que acompanha sistematicamente um grupo de gays e lésbicas católicos e contribui regularmente com artigos para o *site* dessa coletividade. Esse religioso vem promovendo seminários e debates sobre o tema da diversidade sexual na unidade de ensino em que trabalha e foi o único entrevistado católico que declarou já ter participado de uma Parada Gay. Segundo suas palavras,

a doutrina da Igreja restringe o sexo às pessoas casadas. No entanto, a gente vê que isso não pode ser aplicado ao pé da letra. Porque, de fato, no casamento, a gente tem a dimensão mítica de que o encontro dos corpos já significa a união das vidas e a possibilidade e abertura pra procriação. Mas a gente vê que dadas tantas circunstâncias da vida moderna, a gente não pode ser tão rígido nesse ponto. Eu penso que a doutrina da Igreja, nesse ponto, deve permanecer no nível dos princípios e dar uma maior liberdade para os fiéis nas situações concretas (LC.3).

É interessante destacar que embora a pastoral com homossexuais e a publicação da literatura sobre essas experiências no Brasil iniciasse ainda nos anos 90 (Natividade e Oliveira, 2007; Trasferreti, 1998), LC.3 prefere justificar sua posição crítica diante das diretrizes dos papados de Paulo II e de Bento XVI, a partir de seu pertencimento à ordem jesuíta e de uma série de documentos² e iniciativas de lideranças católicas, no plano internacional, que se distanciam da visão hegemônica na Instituição. Nesse sentido, destaca experiências de parceria e trabalhos com as subculturas sexuais na Europa e nos Estados Unidos com participação de clérigos de diferentes posições com relação ao tema: os mais afinados com o discurso oficial da Igreja defendem a castidade dos homossexuais, mas existem outros que mais abertos que mobilizam a coletividade gay e produzem material para orientar os trabalhos com esse segmento social, “inclusive roteiros para a realização de cerimônias de uniões homoafetivas”.

No Brasil, o que a gente tem é, basicamente, pessoas homossexuais que procuram o sacerdote para

² Um dos documentos citados foi a carta dos bispos norte-americanos aos familiares dos homossexuais e lésbica redigida em 1997 e intitulada “*Always Our Children*” o outro foi Ministério para pessoas com inclinações homossexuais: diretrizes pastorais” de 2006.

conversar e aí isso é uma coisa diversificada, porque alguns encontram um sacerdote mais rigoroso que quer que o homossexual viva a castidade e vai tentar orientar nessa linha e você encontra outros que vão dizer: 'procure viver da melhor maneira possível, seguindo a sua consciência'. Enfim, se você não pode viver a continência, então, procure o teu companheiro, procure viver um relacionamento estável (LC.3).

Seguindo a proposta de localizar as percepções no *continuum* que vai das posições mais tradicionalistas para as seculares e liberais, o discurso acima poderia ser colocado no pólo extremo da negociação dentro do universo católico. Já as posições mais reativas foram identificadas no depoimento do católico leigo que coordena o Movimento de Renovação Carismática Católica. Este nos dá um exemplo de como a moral religiosa pode se articular com a tendência crescente da medicalização da sexualidade. Associando o "homossexualismo" ora com o pecado ora com os problemas de saúde física e mental, LC.5 (43 anos) declarou que em sua comunidade religiosa tem

uma coisa chamada atendimento. Atendimento é o seguinte: você acolhe a pessoa e ela vai te trazer um problema. À luz da oração e a luz de conversa nós vamos identificando a causa daquele problema. Chegou um homossexual pra nós, acolhemos, e vamos trabalhar durante um mês, dois meses e começamos a ver qual problema: familiar, de distúrbio hormonal ou emocional. Ou seja, o problema é uma opção: 'eu quero fazer isso, quero chamar a atenção'. Então, depois desse diagnóstico, três, quatro meses, é que nós vamos encaminhar para área médica tudo que for da competência deles (LC.5).

LC.5 declarou que não existe nenhum interdito aos homossexuais nos cargos administrativos e nos ministérios do movimento, desde que "abandonem" o comportamento homoerótico e vivam em castidade até se casarem.

Nós temos um grupo que o líder é homossexual, só que ele tem trabalhado essas fraquezas e há três anos não se dá à prática do homossexualismo (...) Então,

ele é o exemplo, o testemunho fantástico que nós temos do que é o poder de Deus, do que a oração pode fazer. Que a pessoa encontrando Deus, ela abre mão do pecado, das coisas erradas, mas tem suas fraquezas e Deus vai trabalhando (LC.5).

Cabe destacar que o tema do acompanhamento espiritual dos que não se sentem confortáveis com a condição homossexual também apareceu no depoimento de LC.2, ao mencionar a existência de duas paróquias católicas na cidade do Rio de Janeiro que:

trabalham com as pessoas que querem voltar atrás na opção homossexual, retornar. Eu ouvi dizer, eu não sei agora qual Igreja que tem, até porque isso ainda é uma coisa muito reservada. Imagine se eu tivesse aqui um grupo e eu falasse: 'Olha, hoje é o dia de encontro dos rapazes e das mulheres que fazem esse tipo de opção da sua vida'. Eles já seriam excluídos logo de imediato. Até pra eles se encontrarem teria de ser em segredo.

Os Espíritas

O Espiritismo surgiu no contexto sócio-histórico de racionalização de mundo, o que marcou sua cosmologia. Em sua doutrina se conjugam elementos das tradições racionalista, iluminista, evolucionista, num diálogo com a ciência, especialmente, a psicologia e a medicina. Interessante observar que muitas posições de Allan Kardec, “codificador” da doutrina, são semelhantes às teorias de diferentes e reconhecidos psicanalistas, como Freud, posteriores a ele. As palavras-chave para compreensão da doutrina são: consciência, responsabilidade, luz, educação, progresso, evolução, individualidade, experiência, respeito. Essa tradição letrada coloca grande ênfase no indivíduo, o qual, enquanto corpo, deve servir ao espírito, para que este evolua em busca da almejada perfeição. Faz uma distinção entre corpo e espírito (alma), sendo o primeiro associado à “vida carnal” e o segundo à “vida espiritual”. Esta última deve ser objeto de grande atenção e preocupação do indivíduo, visto que ele é um veículo para a elevação do espírito, que, por sua vez, imprime na vida

carnal do indivíduo as passagens e provações vindas de vidas anteriores, visto que o indivíduo é um “espírito encarnado”³.

Dessa forma, é em consonância com o ideário da sociedade moderna, âmbito no qual surge a doutrina espírita, que se compreende o foco colocado no indivíduo. Este, se tem determinações do espírito, tem o livre-arbítrio para atuar no mundo, desde que observe os princípios de responsabilidade e respeito aos outros, visto que suas ações no mundo “carnal” irão influenciar sua vida espiritual, trazendo conseqüências para sua evolução, bem como pode ser co-responsável pelas ações do outro com o qual interaja.

Outra idéia fundamental nessa cosmologia é a de “experiência”. As experiências pelas quais os indivíduos passam ou deveriam passar são vistas como oportunidades de “crescimento”. Nesse sentido, se um sujeito rejeita uma experiência, está rejeitando a possibilidade de “aprendizado”, que levaria a própria evolução. É a partir dessa cosmologia que as lideranças espíritas abordaram o tema da diversidade sexual, particularmente, suas concepções de homossexualidade.

Os espíritas entrevistados se valem de textos consagrados para justificar suas opiniões e as formas de interação com o público LGBT, mas se percebe que, enquanto os mais afinados com o discurso liberal destacam as contribuições de Joanna de Ângelis (psicografada por Divaldo Franco), André Luis e de Emmanuel (psicografados por Chico Xavier), os mais tradicionalistas procuram se respaldar nas colocações de Allan Kardec no campo da sexualidade humana.

Independentemente de ser mais liberal ou tradicional, a compreensão das lideranças sobre comportamento sexual está ancorada na ótica da necessidade e como acarretando responsabilidades. No entanto, o suprimento desta necessidade deve ser feito a partir do autocontrole. Resta salientar que a doutrina espírita não é vista como um dogma a ser seguido, mas como esclarecedora e orientadora dos caminhos do indivíduo, podendo, nesse sentido, ser considerada como educadora. Cabe ao indivíduo a escolha de seguir ou não as orientações da doutrina,

³ Sobre a cosmologia espírita ver, entre outros, os trabalhos de Cavalcanti (2005; 1990) e Tadvall (2007).

pois ele deve ser responsável e consciente de suas ações, tomando como referência o processo evolutivo.

Dessa forma, para que ocorra o progresso é necessário que os indivíduos encarnados atuem no campo da sexualidade com compromisso e responsabilidade. Isso significa, nessa cosmologia, o autocontrole de seus impulsos sexuais e suas más inclinações - aqui no caso, a poligamia, a infidelidade, a promiscuidade, o sexo pelo prazer do sexo - vistas como naturais, resquícios da condição de descendência dos seres inferiores.

Dentro disso, a poligamia, vista como inata em todos os seres humanos, deve ser superada pela monogamia, condição da própria civilização. Assim, como salienta LE.1, é uma questão moral, o que podemos relacionar a própria constituição da moralidade instituída nas sociedades modernas sob a égide do processo civilizatório (ELIAS, 1993 e 1994). Nesse sentido, é que se deve auto-regular o comportamento sexual.

Olha, o comportamento sexual entre homem e mulher também está bem definido na própria natureza, a própria natureza está definindo. Quando a gente sai fora, exagera, são questões puramente pessoais, questão de moral. Por que o que diz a doutrina espírita, logo no início: se reconhece o verdadeiro espírita pela transformação moral e pelo esforço que faz para vencer suas más inclinações. Então nós estamos, eu digo, não estou na primeira frase eu estou na segunda: no esforço que faz para vencer suas más inclinações (LE.1).

A doutrina espírita é muito educativa, no sentido de que te devolve, te dá a responsabilidade de agir de acordo com a sua consciência. Não vai ter em lugar nenhum escrito: "Olha, é proibido". No espiritismo é proibido proibir (...) Agora, há orientações gerais. Há livros em que você tem páginas que falam sobre a sexualidade, sobre a homossexualidade. Um livro do Chico Xavier, "Vida e Sexo", que eu acho um livro fabuloso, mas difícil. [...] Ele fala assim: "não proibição, mas educação. Não a abstinência imposta, mas o emprego digno, com o devido respeito aos outros e a si mesmo. Não a indisciplina, mas controle. Não ao impulso livre, mas responsabilidade, porque ante o amor, ante a luz do amor e da vida, porque aplicação do sexo é assunto pertinente à consciência de cada um" (LE.4).

A partir dessa leitura, a homossexualidade é interpretada. De modo geral, a homossexualidade é compreendida como uma experiência pela qual se coloca para alguns indivíduos no processo de evolução do espírito e pela qual o sujeito deve passar, visto que é entendido como um processo de aprendizagem em busca da evolução. Nesse sentido, é algo vivenciado carnalmente que, aos poucos, o espírito, mediante evolução, “deve deixar de lado”.

No entanto, com base nessa chave comum, há algumas leituras distintas sobre a homossexualidade e as demandas dos movimentos a favor da diversidade sexual. Para uns são “desvios do passado”, da “alma”, para alguns, orientações “inatas”, e para outros entrecruza o “brotar espontaneamente” com “escolha individual”, visto que, mesmo o indivíduo tendo que passar por esta “provação”, ele, com seu livre-arbítrio, pode eximir-se deste destino. Um dos entrevistados aponta para duas correntes interpretativas dentro do movimento espírita: uma que vê como doença, doença da alma/desvio, e outra que percebe como orientação sexual. Esta última afinada com o discurso científico, mais especificamente, com o conselho de psicologia. Encontramos entre nossos entrevistados essas duas percepções.

Dentro do movimento espírita, nós vamos encontrar, na verdade, duas correntes [...] Nós vamos encontrar um grupo que considera que a homossexualidade é uma doença, efeito, muitas vezes, de perturbações e tudo mais, e um outro grupo que considera que ela é uma orientação sexual, dentro do que hoje os Conselhos de Medicina e de Psicologia aceitam (LE.2).

Assumindo o discurso da heteronormatividade, LE.1 identifica a homossexualidade com “um desvio sexual estabelecido na natureza”, classificando esse fenômeno como “uma doença da alma”. Para explicar a homossexualidade, LE.1 utiliza-se de uma das mais importantes idéias contidas no ensino trazido pelos Espíritos: a reencarnação. Para esse médium, os transtornos e dificuldades vividos por uma pessoa no campo da sexualidade, em uma vida pretérita (encarnação), podem acarretar a vivência conflituosa desta sexualidade na vida atual.

A homossexualidade, em muitos casos, é percebida como expressão de uma dissonância entre o corpo do indivíduo e a identidade da pessoa. Isto é, do espírito encarnado, o qual apresenta uma identidade sexual diferente do corpo no qual está encarnado. O médium dá um exemplo vago das “síndromes” que não são plenamente explicadas pela ciência e que encontrariam explicação na crença da reencarnação⁴. E, mais particularmente ainda, na própria concepção de corpo e de pessoa. Nesse sentido, como aponta Tadvald (2007: 120),

O homem kardecista é concebido tal como o homem de Descartes, ou seja, como uma totalidade em que convive uma alma que adquire sentido ao pensar e um corpo (ou melhor, uma máquina corporal) reduzido à sua extensão. A união substancial do corpo e da alma, portanto, significa uma permanência da vida, ao menos para a vida deste corpo, conforme preconiza a doutrina.

A partir dessa concepção dualista de corpo e espírito/alma é que LE.1 percebe a homossexualidade como “uma coisa muito da alma”. Segundo suas palavras, os gays e as lésbicas de hoje estão

Então eu quero dizer o seguinte, que a sexualidade, como a homossexualidade, é uma coisa que vem, que não é do momento, é uma coisa muito da alma, não é da personalidade, é muito da individualidade. Porque é muito difícil você entender o sexo, duas pessoas do mesmo sexo numa relação sexual é complicado. [é um desvio porque] tem alguma coisa a ver com o passado, ele infligiu, exagerou, abusou da sexualidade numa vida passada e voltando a vida está nele.(...) Não é só a homossexualidade, é toda essa diversidade, não é isso. Por exemplo, essas síndromes que tem por aí, o que significa isso? A ciência se debate e não consegue encontrar uma solução a ciência se debate também na homossexualidade e não consegue encontrar tem uma resposta satisfatória (LE.1).

Com representações da sexualidade humana facilmente associadas ao naturalismo, LE.1 associa a bissexualidade com a

⁴ A idéia da reencarnação encontra-se em O Livro dos Espíritos, parte segunda, capítulo IV, perguntas 166 e seguintes.

“falta de educação” na infância, argumentando que “a criança não foi devidamente educada, porque ou se é heterossexual ou se é homossexual. As duas coisas eu não consigo entender. Eu acho que quando é as duas coisas é falta de educação, pra mim faltou educação”.

Outra liderança, LE.4, articula duas visões: o inato (“brota espontaneamente”) e a escolha individual. Isto é possível, pois o indivíduo pode atuar sobre o inato com seu livre-arbítrio, tomando para si a autonomia. Por exemplo, pode canalizar sua energia sexual para o bem do próximo, mediante trabalhos de “caridade”. E, nessa linha, afirma que o grande problema da humanidade não é a homossexualidade, mas a promiscuidade.

A gente precisa se dedicar a alguém, mas é complicado, quando a pessoa acha que ama a humanidade inteira no sentido genital. Aí é complicado! Aí eu acho que a coisa se perde.[...] O grande problema, eu acho que isso são os vetores que hoje apontam nesse sentido, na humanidade, o grande problema é a promiscuidade (LE.4).

Dessa forma, o que seria importante é menos a orientação sexual do que o próprio comportamento sexual, que deve ser contido, responsável, e não promíscuo.

Eu sempre tenho visto nas respostas do plano espiritual que a pessoa aprenda, acima de tudo, a respeitar o outro e não ser promíscuo. Essa é a grande orientação. Eu vejo no plano espiritual até um respeito muito grande àquele espírito (LE.3).

Não é a orientação sexual que determina a condição evolutiva de ninguém. Não é orientação sexual que determina o destino espiritual de ninguém, mas é o que cada um faz dentro da sua orientação sexual. Isso é o que vai, digamos assim, caracterizar a sua evolução (...) É onde você está mostrando qual o grau de responsabilidade que você lida com a sua energia sexual, com a sua sexualidade, independente da orientação sexual do companheiro (LE.2).

LE.2, para justificar essa posição mais liberal, cita trechos do livro ‘*Sexo e Destino*’, que teria sido ditado pelo espírito de André

Luiz a Francisco Xavier e Waldo Vieira⁵. De acordo com suas palavras, na década de 60, quando o livro foi ditado, o espírito já adiantara que “no mundo vindouro os irmãos encarnados, tanto em condições normais, enquanto condição julgada anormais, segundo os valores da sociedade, serão tratados em pés de igualdade no mesmo nível de dignidade humana” (LE.2). Acrescenta, ainda, que interpreta essa passagem como um tratamento equânime entre as pessoas, independentemente das orientações sexuais:

Eu vejo que no pé de igualdade será isso: direito à união, direito à família, direito à pensão, direito a tudo que faça com que o heterossexual e o homossexual se sintam com direito de igualdade. E se eles conseguirem tudo que possa favorecer exatamente com que os homossexuais vivam com dignidade, possa garantir ao outro até uma dignidade na ausência. Eu acho que a lei está caminhando (LE.2).

De acordo com seu depoimento, esse tratamento igualitário já existe no centro em que atua e onde, segundo suas palavras, “lésbicas e homossexuais convivem com a maior tranquilidade e se integram perfeitamente no trabalho”. Cabe salientar que LE.2 é autor de um livro, escrito para fornecer subsídios para seu grupo trabalhar com os segmentos LGBT, além de realizar palestras sobre o tema da sexualidade e da diversidade sexual. Isto o aproximou do debate e dos atores dos movimentos LGBT.

Do apresentado, distinções e pontos de convergência sobre o tema foram explicitamente relatados pelas lideranças. Com relação aos aspectos comuns, podemos citar o “controle”, que se espraia por diferentes dimensões da vida, inclusive pela sexualidade. O controle sobre a sexualidade e o corpo mais evocado é referente à promiscuidade e às múltiplas relações. Nesse sentido, alguns aceitam, e inclusive vêem como uma solução, a união civil e a formação de família pelos segmentos LGBT, como forma de conter esse comportamento sexual.

o espiritismo nos coloca o sexo como algo que está presente na natureza, faz parte da natureza humana. Mas há de se ter, há que se observar a responsabilidade

⁵ Ver, entre outros, Tadwal (2007).

que se tem na vivência sexual. Porque viver o sexo pelo sexo, muitas vezes gera uma situação irresponsável. A vivência sexual estabelece, de modo geral, uma conseqüência que é a vinda dos filhos, espíritos que chegam para a nossa vivência (...) Não vai se deixar de viver o sexo, mesmo que não haja o casamento formal, com o papel, mas que haja naqueles que passam a ter uma vida em comum uma responsabilidade diante dessa vivência sexual, que essa vivência sexual seja feita com respeito ao parceiro, que não haja uma promiscuidade, no processo da sua vivência sexual (LE.3).

A preocupação com o caráter efêmero das relações homossexuais também apareceu no depoimento de LE.2, que citou Allan Kardec para defender a monogamia como parte do processo evolutivo.

para o espírito a proposta de uma união a dois começa com aquilo que a gente chama de exercício de monogamia, talvez quem não seja religioso não dê importância a isso, mas para o espírita, uma união a dois onde você faz o exercício monogâmico é onde o espírito tem um domínio sobre o impulso sexual. (...) Aí Kardec colocou lá na Lei de Reprodução que ela [a família] é importante, porque sem ela há um recrudescimento do egoísmo (...). Como família é a união permanente de dois seres, então, esses seres podem ter o mesmo sexo ou não. E dentro desse espaço, todos poderão trabalhar as mesmas questões de uma família heterossexual, porque eu torno a dizer, não somos seres diferentes. (...) Eu acho que a família homossexual, ela vai permitir que o indivíduo desenvolva os potenciais que são necessários para que a sociedade, para que o indivíduo leve pra sociedade valores essenciais para o grupo em que ele vai viver (LE.2).

Em relação a algumas demandas dos movimentos LGBT, LE.2 e LE.3 aceitam os processos de adoção por casais LBGT, assim como a prática de inseminação artificial, desde que esses casais saibam o sentido do papel da família, instituição vista como fundamental na constituição da própria sociedade, como apontado acima. LE.4, embora perceba a família como sendo heterossexual,

acredita que a família formada por pessoas do mesmo não será “problemático”.

Eu acho que o grande problema da humanidade é a família. (...) O desfazimento familiar é um problema seríssimo. (...) Tem vários tipos de família, agora o mais comum é o homem e a mulher, né? Heterossexuais que se amem, que complementem, que descubram, um no outro, motivos de entrega recíproca. (...) Agora, não estou fechado, e acho que hoje o mundo se abra aí à percepção de que uma pessoa que tenha uma tendência homossexual, que não tenha atração do homem pela mulher, que tenha a atração por homem, que encontre alguém que o complete e construa. Só que vai faltar uma coisa importante que são os filhos, quer dizer, até que possa pegar filhos pra criar, mas eu, como pai, sei como é importante a gente ter o nosso filho.[Quanto a família do mesmo sexo] (LE.4).

LE. 1, por associar a homossexualidade a “desvios”, à “doença da alma”, não concorda com a união civil e não acredita na família formada por segmentos LGBT, pois a família é percebida como assumindo a função reprodutiva. E, mesmo frente à possibilidade de adoção, esta não é uma ação aprovada, visto que traria sofrimento à criança.

Eu não acredito em família formada por pessoas do mesmo sexo, eu não acredito. Porque, o que é fundamental na família? São os filhos. Do mesmo sexo não há, não há como se reproduzir. Portanto, bom, mas pode adotar, e daí o que eu tenho pra mostrar pra essa criança?! Eu tenho que mostrar pra essa criança o que eu sou é o que ela vai aprender principalmente nesse primeiro momento do 0 aos 7 anos. E depois, certamente vai trazer sofrimento pra essa criança porque ele vai ter colega, vai viver socialmente (...) (LE.1).

De forma resumida, poderíamos afirmar que, independentemente da orientação sexual, esses segmentos religiosos prescreveriam a “conduta ética” identificada com o padrão monogâmico da sociedade ocidental.

Os Evangélicos

A pluralidade do universo evangélico vem sendo bastante explorada na literatura brasileira (Mafra, 2001; Mariano, 2000; Fernandes, 1998) das últimas décadas, entretanto, os grupos desse braço do cristianismo continuam a ser genericamente classificados de fundamentalistas pela mídia, pelos movimentos feministas e pelos grupos LGBT. Contribui fortemente para isso a posição tradicionalista que tem predominado nos segmentos que mais se expandem nesse universo, aqueles denominados de pentecostais. Estudos na área da sexualidade e das políticas de contracepção (Natividade e Oliveira, 2007; Ribeiro, 2001; Machado, 1996, 1988) demonstram, contudo, que não existe homogeneidade nem entre os evangélicos históricos, nem entre os pentecostais, relacionando esse fenômeno com as múltiplas formas de interpretar a bíblia.

Analisando a pedagogia sexual do protestantismo brasileiro, Gomes (2006:16-18) chama atenção para a necessidade de se estudar as representações sobre o corpo e sobre a sexualidade humana nas distintas doutrinas que compõem esse universo, uma vez que as origens históricas e as matrizes teológicas dos grupos religiosos nem sempre são as mesmas. Assim, os grupos de imigrantes alemães e ingleses das confissões luterana e anglicana, que se localizaram no sul do país, seguiriam a percepção de Lutero que apresenta o corpo como a morada de Deus, mas abandona a idéia do conflito entre o corpo e o espírito, idéia que no ramo católico do cristianismo havia fomentado o princípio da renúncia e a sexualização do pecado.

Por sua vez, os segmentos de matriz puritana - presbiterianos, congregacionistas, batistas e, mais recentemente, os pentecostais - tenderiam a adotar a ética da via negativa baseada na concepção calvinista do corpo como a clausura do cristão. Nessa vertente, o corpo pode ser a morada do Espírito Santo desde que o crente rejeite todas as formas de prazeres mundanos, caso contrário será a morada do demônio. Expressão de uma importante faceta da subjetividade pentecostal e neopentecostal, essa concepção do corpo reforçaria o vínculo da sexualidade com a transgressão e favoreceria a associação da homossexualidade com a possessão demoníaca.

Considerando tais acepções, apresentamos os discursos das lideranças deste último espectro, mais precisamente os

depoimentos dos pastores das igrejas Luterana e Batista. Estes trazem entendimentos heterogêneos da homossexualidade, assim como maneiras díspares de lidar com as demandas dos integrantes dos movimentos pela diversidade sexual. Cabe salientar, que estas diferentes percepções associam-se à matriz teológica luterana e calvinista, como vimos anteriormente, bem como às leituras históricas e literais da bíblia por parte dos dirigentes destas estruturas eclesiásticas.

Para o pastor batista LP.2 (55 anos), a sexualidade está, e deve continuar, associada ao casamento heterossexual e monogâmico. Priorizando a leitura dos livros que compõem o antigo testamento, esse pastor, justifica sua condenação à homossexualidade em função de que se trata de

uma escolha moral, da vontade, do desejo. Uma escolha errada, pecaminosa. A palavra é esta, por mais dolorosa que seja. Não quer dizer que outras práticas humanas - como a maledicência, como o roubo - também não sejam pecaminosas. Não estou comparando práticas. Estou dizendo apenas que há outras práticas igualmente pecaminosas. Ou seja, 'não há pecados pequenos ou grandes, pecado é pecado!' (LP.2).

Aqui nos defrontamos com a representação da homossexualidade como um distúrbio ou uma desordem emocional. Por sua vez, o pastor luterano LP.1 (62 anos), vinculado aos movimentos ecumênicos e à corrente da Teologia da Libertação, que, nos anos 60 e 70, mobilizou católicos e evangélicos progressistas na América Latina, parece estar em um movimento de questionamento da heteronormatividade que caracteriza a maioria das doutrinas religiosas do mundo cristão. Afirma que a bíblia não pode ser interpretada ao pé da letra, porque se "você for por aí, vai cair em muitas coisas perigosas. A função do teólogo é reinterpretar a bíblia para cada época, pra cada geração". Segundo LP.1, sua tradição religiosa

parte do princípio da liberdade. Lutero escreveu um livrinho 'A Liberdade Cristã', em que ele vai conceituar a liberdade dizendo que o cristão, pela fé, é um ser livre de tudo e de todos. E que é pelo amor

que ele é servo, escravo de todos. Então, a marca registrada do luteranismo é a liberdade.

O pastor sugere que a orientação sexual é, portanto, uma questão que diz respeito apenas ao indivíduo. Ou seja, ele tem, nesta congregação, o direito de usufruir de sua liberdade de decisão e de autonomia frente a suas posições sexuais. O discurso mais afinado com valores individualistas neste espaço religioso remete à noção de segredo, tal como proposta por Simmel (1999). Assumindo diferentes tonalidades na interação humana, o “segredo cria barreiras entre os homens [e] contém uma tensão que se dissolve no momento da revelação” (SIMMEL, 1999: 223). Nesse sentido, podemos pensar que o segredo referente à orientação sexual dos indivíduos mantém sob controle uma possível fonte de conflitos. Isto porque, como salienta Maldonado (1999: 217-218),

o segredo é toda uma dinâmica comunicativa, feita de retóricas, de silêncios, de transparência, de opacidade e também de certas formas de revelação, estando entre seus possíveis mecanismos, a mentira e a malversação. [...] O segredo implica também em atitudes como a habituação ao silêncio, a cooperação, a confiança, elementos sem os quais ficaria difícil viabilizar as relações sociais. Tais atitudes, não raro, são produto e objeto de processos educativos nos quais a sociedade se reproduz, estando imbricadas na ética e na moralidade sociais.

Os dois líderes presbiterianos entrevistados (LP.6 e LP.7) abandonaram a denominação de origem, atuam como pastores em igrejas novas e pequenas e apresentam visões críticas com relação à hierarquia de suas antigas comunidades. LP.6 (43 anos) foi consagrado na Igreja Presbiteriana do Brasil, de caráter mais tradicional, e LP.7 (30 anos) na Presbiteriana Bethesda, que surgiu na década de 90, do século passado, de uma cisão no interior da primeira e foi, durante muitos anos, dirigida pelo pastor Nehemias. O primeiro é pastor há mais de dezesseis anos e o segundo há sete. Segundo LP.6,

Na Igreja Presbiteriana do Brasil tem uma nuvem nessa questão da sexualidade e um monte de coisas não ditas e algumas mal ditas. O posicionamento

oficial da igreja é contra o sexo antes e fora do casamento. E há uma dificuldade muito grande de lidar com essa questão da homossexualidade. Os homossexuais estão nas igrejas, mas ficam completamente na surdina, porque a homossexualidade é vista como pecado [...]. Agora, na minha igreja atual, ninguém quer saber da sua sexualidade, como é que você vive ou deixa de viver. Eu acho que as pessoas são bastante livres pra viver do jeito que elas acham. A idéia é essa: assume a sua vida diante de Deus, o quê que você quer.

Mas se para o pastor luterano (LP. 6) a homossexualidade não é pecado, também não é um comportamento “normal”.

Eu tenho um parente homossexual, que eu adoro. Mas o fato de adorá-lo não é a mesma coisa de eu dizer que: ‘Aceito totalmente a homossexualidade (...) Eu gostaria de fugir desses chavões, ou seja, de dizer que eu aceito a homossexualidade, que é uma coisa normal porque isso é politicamente correto. Não! Isso não é tão claro pra mim, não. Aliás, é exatamente por não achar tão normal, que eu penso que é essa coisa tensa, que tem que ser falada (LP. 6).

De qualquer maneira, sugere que as explicações para o comportamento homossexual se encontram nas relações familiares, principalmente na relação dos pais com seus filhos. Segundo suas palavras, “determinadas mães, determinados pais geram determinados comportamentos sexuais”, até porque a “família que é um núcleo formador e estruturador da personalidade humana pode também ser deformadora” (LP. 6).

Somada a essa miríade de visões, temos a posição da liderança da Congregação Cristã no Brasil, LP.4 (84 anos), que veio acompanhado, na entrevista, pelo diácono e advogado da Igreja, LP.5 (55 anos). Dizendo não ter opinião formada “sobre essa coisa séria, esse negócio sério” que é a homossexualidade, LP.4 olha para seu companheiro LP.5, que em seu socorro acrescenta: “É, até hoje os médicos não sabem dizer se [a homossexualidade] é uma doença, por isso nós não nos metemos na opção sexual das pessoas, só aconselhamos ao pé do ouvido”. Distintamente do religioso-advogado, LP.4 utiliza basicamente argumentos religiosos para tentar

convencer de que sua igreja “tolera” aqueles que “se desviaram” e foram para o “mal caminho”.

A interpretação literal da bíblia e o uso insistente das categorias “erro”, “queda” e “desvio” sugerem a adesão dos dois líderes religiosos à perspectiva criacionista, que rejeita as teses evolucionistas de Darwin e enfatiza a ação divina na constituição da natureza e da vida social. Nessa perspectiva que vem dos Estados Unidos e está em expansão no pentecostalismo brasileiro, Deus criou homens e mulheres como seres naturalmente complementares, entendendo a complementaridade em termos dos elementos necessários para a reprodução humana, e fugir desse arranjo é “negar”, “desobedecer”, rejeitar a ordem divina.

A percepção de que a homossexualidade é um erro ou um pecado que expressa um afastamento de Deus também aparece no discurso de LP.8 (33 anos), pastor da Assembléia de Deus há 12 anos. Assediado sexualmente por um professor homossexual durante sua adolescência e formação religiosa, esse entrevistado relatou-nos essa experiência como algo marcante que poderia ter “desgraçado” sua vida se ele não tivesse fugido do seminário naquela ocasião.

Seguindo um raciocínio bastante circular, esse pastor afirma que as relações homoafetivas expressam o distanciamento de homens e mulheres da religião, situação que tende a aumentar a vulnerabilidade desses sujeitos “às forças malignas e aos vícios incontroláveis depois que se inicia a prática dos atos de homossexualismo”. Ainda que os argumentos da magia se façam presentes no discurso sobre a homossexualidade, se reconhece a capacidade dos sujeitos que vivem as relações homoafetivas de fazerem escolhas e a eles é imputada a “responsabilidade” por ter deixado seu corpo aberto para as “possessões”. Assim,

existem pessoas que praticam atos de homossexualismo, vítimas de maldições. Essas maldições, esses espíritos, essas possessões vem a partir de quê? O diabo não entra na tua vida sem encontrar uma razão. (...) É muito fácil eu pegar tudo e atribuir ao diabo. Você é tentado, mas você tem as oportunidades de não fazer (LP.8).

Outras possíveis explicações para a homossexualidade seriam as carências afetivas, o abuso sexual na infância, a doença e

os distúrbios mentais que podem ser tratados, como nos mostram LP.8.

Muitas vezes, o ser humano nasce com aquele pensamento e no seu desenvolvimento vai mudando. Tinham alguns rapazes aqui que estavam praticando, os pais me procuraram, sentei com eles, conversei e dei carinho. Geralmente são carentes demais. (...) Alguma coisa, psicologicamente falando, entranhou na sua mente para lhe levar a uma dependência e uma fragilidade tão grande [...].

Os depoimentos aqui analisados confirmam a heterogeneidade de pensamento dos líderes evangélicos, indicando que, embora o apego à heteronormatividade seja mais acentuado entre os pentecostais, isso não significa que, nessa configuração religiosa, exista uma única forma de lidar com os homossexuais que procuram as igrejas, assim como foram identificadas posturas contrastantes entre os históricos.

Segundo o pastor batista (LP.2), em sua comunidade o tema da homossexualidade não é importante. Isso porque, até o momento atual, foram raros os casos de fiéis homossexuais, e quando aparece alguém com “esse problema” na família, ele os encaminha para tratamento psicológico. Defende, ainda, a posição de que ao homossexual cristão só resta uma saída: a castidade. Diferentemente de LP.2, que procurou colocar a problemática da diversidade sexual para fora do templo e do universo cristão, LP.4, da Congregação Cristã no Brasil, reconhece e demonstra a vigilância religiosa, bem como a ação institucional para com os fiéis homossexuais.

Sanção ou castigo não existe [em relação aos que se declaram ou não homossexual]. Existe alguma restrição à liberdade de representar a Igreja, á liberdade de pregar ou orar e representar a Igreja. (...) A gente diz assim: ‘Todo mundo está sabendo que um adúltero ou um homossexual freqüenta a igreja’. Ou de forma mais direta: ‘Todo mundo está sabendo aí que você é..., você freqüenta a igreja, então você não pode se levantar pra pregar, testemunhar ou orar representando a Igreja’ (LP.4).

E aqui nos defrontamos uma vez mais com a dimensão do poder, que já havia se apresentado nos discursos das lideranças católicas. Segundo Foucault (2004:67), diferentemente do poder do rei ou do magistrado, que atuam com o propósito de salvar, “o Estado, o território, a cidade e os cidadãos em sua totalidade, o poder pastoral é um poder individualista. O bom pastor é aquele que é capaz de cuidar dos indivíduos em particular, dos indivíduos tomados um a um”. Dessa forma, para Foucault, o poder pastoral é a um só tempo um poder oblativo, sacrificial e individual.

Nessa perspectiva, o poder do pastor consiste precisamente na sua autoridade para obrigar as pessoas a fazerem tudo o que for necessário para a sua salvação obrigatória. Nessa empreitada pela salvação, o pastorado desenvolveu e introduziu uma “série de técnicas e de procedimentos que concerniam à verdade e à produção da verdade”. Ele não só irá ensinar essa verdade, mas também e fundamentalmente procurará conhecer a alma e o que se passa no interior do indivíduo. Ou seja, o pastor que faz tudo para o indivíduo se salvar, vigia e controla suas “ovelhas”.

Nesse caso, a “verdade” e a “consciência de si” passam necessariamente, segundo a maioria dos pastores, pela heteronormatividade. Para que seja trabalhada, o fiel precisa expor sua orientação sexual e o pastor reconhecer que ela está distante dos princípios religiosos. Isso os leva a uma ação pastoral, caracterizada pela acolhida carinhosa, pelo aconselhamento e orientação, com vista ao “caminho do bem”, e pelo atendimento especial, para que possam se libertar dos “desejos da carne”:

Do jeito e quando a pessoa vier, ela vem para graça e aí nós orientamos e aconselhamos a se desviar do mau caminho. Mostramos que Deus fez a natureza dele pra ser homem e pra ser mulher. (...) Há alguns anos atrás, vieram dois e se declararam [homossexuais]. Com todo amor, com toda paciência, a gente cuidou deles e, por obra de Deus, eles mudaram seu comportamento. Um está casado até hoje, o outro casou, teve filho, mas estava com Aids e morreu (...). A todos aqueles que estão no nosso meio e que caíram, mas se arrependeram do erro dizemos: Louvado seja Deus! (LP.4).

A salvação é igualmente pregada pelo pastor da Assembléia de Deus (LP.8) e obtida por um processo de avaliação íntima

promovido por um acompanhamento realizado na “clínica de aconselhamento”. Este acontece dois dias por semana na própria sede da Igreja.

Aqui a gente trata com carinho e luta muito para tirar da pessoa, do psicológico dela, do corpo dela, essa idéia de que ela é homossexual. Não é uma lavagem cerebral que a gente dá, mas a gente procura desligar o ponto G do corpo que está em aceleração. (...) Então, a gente pergunta será que o teu pênis não funcionaria sem precisar de penetração no teu ânus? Será que isso, o homossexualismo, não é uma doença, um vício, um problema? (LP.8).

Do mesmo modo, a pastora da Igreja Evangelho Quadrangular (LP.3) espera que as pessoas com orientação homossexual alcancem uma “libertação” de seu modo de vida e dos desejos da “carne”, através do acolhimento e da oração.

tem um rapaz, que é homossexual e até corta o meu cabelo, que uma vez ficou doente, veio aqui, foi lá na frente, eu orei por ele e ele ficou curado. Ele andou até vindo um tempo, aí depois ele se afastou e falou pra mim que: ‘ah, eu queria tanto seguir, mas a minha carne está sendo mais forte que o meu espírito’. Aí eu falei pra ele: ‘é mais forte aquilo que você alimenta mais. Você alimenta mais a sua carne, ela vai ser mais forte, se você alimenta mais seu espírito ele vai vencer a sua carne (LP.3).

É nessa perspectiva que se coloca como favorável às iniciativas dos grupos religiosos que desenvolvem atendimentos especiais às pessoas homossexuais, com o intuito de ajudá-los no combate aquilo que é visto como as causas do comportamento homossexual: os “demônios” e a “opressão maligna”. Estes são tomados como entidades mágicas com poderes para atuar sobre as vontades, valores e práticas das pessoas. De qualquer maneira, a pastora afirma que é preciso muito cuidado no atendimento às pessoas com orientação homossexual:

Quando a pessoa está com problema ou um pecado, a última coisa que quer é ouvir sermão ou que ‘você vai pro inferno ou você já está perdido’. Se você vier com quatro pedras, a pessoa que está na beira do

precipício vai se jogar ou vai embora. Então a gente conversa. Para os rapazes que nos procuraram, nós tentamos mostrar com a palavra, que deveriam deixar o homossexualismo, porque Deus amava eles, não amava o que estavam fazendo.

Diante de tais posicionamentos, a compreensão do pastor Luterano (LP.1) sobre ação pastoral destinada aos homossexuais chama a atenção. Para este, cabe à instituição religiosa a defesa dos direitos das “minorias”, e não o conhecimento da orientação sexual dos sujeitos. Reafirma a importância da liberdade para os fiéis, apesar da incapacidade dos mesmos de vivê-la.

Mas pelo tamanho da Igreja Luterana aqui no Rio, parece que as pessoas ainda não estão preparadas para viver esta liberdade. As pessoas preferem as que dizem o que tem que fazer, qual deve ser o comportamento sexual delas. E a nossa igreja, quando vai receber os membros, não pergunta qual é a orientação sexual desta pessoa, não há policiamento ideológico, muito pelo contrário, ela tem feito vários documentos em defesa das chamadas minorias (LP.1).

O depoimento de LP.7, que entrou no pastorado na Igreja Presbiteriana, traz novas e ricas informações sobre as tensões e ambivalências no interior da tradição Presbiteriana. Oriundo de uma comunidade liberal que se constituiu a partir de um racha dentro da Igreja Presbiteriana do Brasil – a Igreja Presbiteriana Bethesda – e cujo pastor titular foi o responsável pelas primeiras celebrações religiosas de uniões entre homossexuais na cidade do Rio de Janeiro, LP.7 vai apontar os limites do trabalho junto aos homossexuais.

As pessoas foram atraídas pelo pastor Nehemias, que já morreu. Ele foi o primeiro sacerdote no Brasil a levantar publicamente a bandeira do casamento gay. Eu trabalhei nove anos com ele e fiz pessoalmente muitas críticas a ele, porque ele acabou reforçando a vitimização nas pessoas. Isso foi o pior desse processo. Porque as pessoas começaram a chegar lá como coitadas e viam Nehemias, eu e os outros pastores como os libertadores, os messias da história. Então, as pessoas iam procurar os nossos casamentos, mas,

rapidamente, como muitos que procuram uma religião, como uma bengala, começaram a ver que a nossa proposta era justamente quebrar as bengalas. Então muitas saíram de lá e procuram essas igrejas gays que seguem esse modelo da bengala.

No espectro pentecostal, as posições dos pastores das igrejas Congregação Cristã do Brasil e da Assembléia de Deus confirmam a percepção de que, nesse segmento existe, não apenas uma grande dificuldade em aceitar a participação do público LGBT nos cultos, como também em debater a temática. Essa resistência não pode ser, contudo generalizada para todos os grupos pentecostais contatados, pois há diferentes posições das lideranças, que vão possibilitar inserções distintas destes fiéis na dinâmica institucional. O líder luterano LP.1 declara que

na nossa igreja tem alguns que são homossexuais ou lésbicas que acabam até em função pastoral. Só que essas pessoas são extremamente sérias, vivem sua vida com muita dignidade e estão na igreja. São respeitadas, nós nunca perguntamos a opção delas, como nunca perguntaram a minha (LP.1).

Até mesmo no âmbito da IECL é possível encontrar posições distintas em relação à homossexualidade, demarcando um gradiente que vai da radicalidade à visão liberal. Nesse sentido, o Fórum criado no site da denominação, para debater esse tema, não deixa dúvidas do forte embate entre os segmentos mais tradicionalistas e aqueles comprometidos com a leitura mais histórica e politizada da bíblia. Um dos poucos documentos da IECL do Brasil que trata da questão, o “Posicionamento do Conselho da Igreja referente ao Ministério Eclesiástico e homossexualidade“, aprovado em abril de 2001, originou uma forte reação dos internautas dessa comunidade religiosa, ainda que os dirigentes deliberem pela interdição dos homossexuais para o ministério eclesiástico.

Todavia, as atitudes pastorais implicam também na interdição dos LGBT aos postos de representação do grupo e mesmo restrição às formas de participação no culto: não pregar, não testemunhar, entre outras. Segundo o LP.5, “Freqüentar a igreja, todos têm direito. É constitucional e não podemos impedir.

Evidentemente se existe uma pessoa, gritantemente, efeminado, ele não vai poder exercer um cargo na congregação.”

Logo, o “tratamento carinhoso”, argumentado por algumas lideranças, dado aos que assumem a orientação sexual gay e/ou lésbica não exclui, contudo, as sanções e o tratamento discriminatório na comunidade. Erro ou pecado comparável ao adultério, o comportamento homossexual, quando relatado ao pastor, provoca sanções no interior da comunidade.

Há uma disciplina, geralmente três meses afastado daquilo que a pessoa gosta de fazer na igreja. Você é um grande intercessor, é um grande corista, é um sujeito de uma influência maior, a gente procura afastá-lo da função para demonstrar que aquilo não foi agradável para ele (LP.8).

A discriminação, entretanto, vai muito além da suspensão temporária das atividades nas celebrações. É construída uma fronteira entre as leis da nação, presentes na constituição, que, segundo o entrevistado, é muito liberal e uma norma própria da comunidade, que demarca, mais estreitamente, os campos de possibilidades dos fiéis em nome de um modelo de família heterossexual e da interpretação da bíblia. De acordo com LP.8,

A igreja jamais vai colocar a educação de uma família nas mãos de um homossexual. Para ele destruir? Então, por exemplo, se eu precisar de um secretário ou de um tesoureiro, eu vou procurar não colocar eles. Porque é uma figura que declara demais as suas particularidades, é muito aberto e eu tenho muito medo das infidelidades. (...) O que a gente defende é um lar com macho e fêmea, família, equilíbrio, saúde e muito sexo.

Cabe salientar que estas sanções podem ser compreendidas dentro do que Foucault (1987) nos chama atenção quando aborda a definição dos comportamentos por determinados grupos, produzindo um “disciplinamento dos corpos” mediante o estabelecimento de punições. Segundo o autor (1987: 73 et passim) as punições estão inseridas em uma “economia dos castigos” estabelecida nas relações de poder entre os indivíduos, visando a “vigiar o comportamento cotidiano das pessoas, sua identidade, atividade, gestos aparentemente sem importância”. Ou, nos termos

de Elias (1994), as punições são parte das práticas civilizatórias e mediante sua aplicação visam a circunscrever e modelar as emoções, os gestos e os comportamentos individuais.

Aqui é bom lembrar que essa liderança se afastou recentemente, tanto do Ministério de Madureira quanto do de Belenzinho, os dois grandes coletivos que compõem a Assembléia de Deus no Brasil e vem trilhando um caminho mais ou menos autônomo na baixada fluminense. Isso se, por um lado, dificulta qualquer generalização para o universo mais amplo das Igrejas Assembléias de Deus, por outro serve para indicar o sectarismo a que se pode chegar nos espaços sociais onde os integrantes das coletividades LGBT se mostram mais vulneráveis e sujeitos à discriminação e violência: na periferia dos grandes centros e nos municípios mais pobres do Estado.

O depoimento de LP.3, Pastora da Igreja Evangelho Quadrangular há mais de uma década é emblemático nesse sentido. Atuando na baixada Fluminense, essa pastora não batiza e não permite que os homossexuais, que freqüentam os seus cultos, se tornem membros efetivos da comunidade até que eles “abandonem” as práticas homoeróticas, mas a maneira “respeitosa e carinhosa” com que os recebe já gerou críticas e pressões no interior de sua denominação. Mesmo assim mantém a porta de seu templo aberta e exige que “os fiéis respeitem os homossexuais” que por lá aparecem.

Discussão dos resultados

Segundo Jurkewicz (2005), é possível identificar entre os cristãos três posicionamentos diferentes frente à homossexualidade: o primeiro é de rechaço total e é encontrado entre aqueles que interpretam a homossexualidade como uma conduta antinatural e pecaminosa. Embora associe a conduta homossexual à perversão, esse grupo tende a defender o acolhimento na igreja daqueles/elas que reconhecem a necessidade de mudar de comportamento e pedem ajuda. Uma segunda postura, vê a conduta homossexual como aceitável, embora inferior, sugerindo àqueles que não conseguirem se ajustar ao estilo de vida heterossexual, nem manter abstinência, que devem canalizar sua atividade sexual em uma relação estável. E, a terceira posição considera a homossexualidade tão digna como a

heterossexualidade, afirmando que o pecado não está na homossexualidade em si, mas na exploração dos parceiros, fenômeno que pode ocorrer também nas relações heterossexuais.

Outro ponto a ser identificado é a posição mais liberal dos líderes religiosos com os temas da homossexualidade e do movimento LGBT quando estes estão mais diretamente vinculados ao movimento propriamente dito, através de ações, assessorias e projetos destes grupos. Esta participação não altera a fé dos religiosos, mas torna-os mais sensíveis para as demandas, sofrimentos e necessidades destes grupos.

Como consenso geral entre as lideranças religiosas está o acordo de que a sexualidade deve ser vivenciada de forma monogâmica e dentro do casamento, ou melhor, em uniões estáveis com um parceiro. Portanto, há uma convergência em relação a ações de 'combate à promiscuidade' e ao comportamento 'irresponsável' em relação ao sexo e à sexualidade. Posicionamentos pautados em uma visão essencialista do mundo e da sexualidade estiveram também presentes na fala dos entrevistados, identificando, em alguns casos, o comportamento homossexual como pecaminoso. Portanto, no interior das próprias tradições religiosas não há acordo na forma de conceber as práticas LGBT e de tratar os seus afiliados.

Para o serviço social, a diversidade de entendimentos que as lideranças religiosas têm sobre o movimento LGBT e a falta de acordo no interior das próprias tradições religiosas torna o atendimento a estes grupos ainda mais complexo, por alguns motivos. Primeiro, segundo o Censo de 2000, 94,4% dos assistentes sociais se dizem pessoas religiosas (75,8% católicas; 8,9% protestantes/ evangélicas; 7,9% espíritas kardecistas; 1,8% de outras religiões)⁶.

Considerando que um significativo percentual de profissionais tem uma crença religiosa e que o consenso geral entre as lideranças, como identificado, garante um posicionamento mais conservador aos seus discursos, há uma tendência de ocorrer, pelo menos, uma reprodução dos mesmos comportamentos conservadores entre os próprios assistentes sociais. Porém, não desconsideramos que o assistente social pode ter, na sua tradição

⁶ Dados sistematizados por Simões a partir de microdados da amostra do Censo de 2000 (Simões, 2009).

religiosa, uma concepção mais liberal ou mais conservadora sobre a diversidade sexual.

Por outro lado, o fato de não se ter vínculos religiosos, não garante ao profissional uma visão de direito da liberdade sexual, como preconizado nas Plataformas de Cairo (1994) e Beijing (1995). Estes documentos são oriundos de conferências internacionais na qual o Brasil foi signatário, e que o responsabiliza em prestar políticas públicas com tais concepções. Indiretamente, estamos tratando da importância da formação continuada de profissionais, inclusive do assistente social, protagonistas da implementação das políticas sociais que tangenciam os temas da sexualidade.

Segundo motivo, o assistente social, em muitos casos, não identifica a tradição religiosa de seus usuários. Por desconhecer, pode ter limitações em dimensionar a que dilemas morais e religiosos o usuário está submetido, e se o mesmo fez (ou faz) parte de uma “igreja” (ou templo, ou centro espírita) liberal ou conservadora. Principalmente, o assistente social pode ter dificuldades em avaliar como o seu entendimento e posicionamento, diante das questões que envolvem as demandas LGBT, podem ser percebidos pelo usuário e vice-versa.

Terceiro e último motivo, a formação profissional não contempla em seu currículo e não prioriza em sua agenda de discussões as questões relativas à importância dos valores religiosos, sexuais, de gênero e de raça e etnia, como forma de qualificação dos profissionais. A discussão da sexualidade, particularmente, da diversidade sexual e as formas de trabalho que os assistentes sociais podem ter com estes grupos sociais é um tema que ainda não encontrou espaço na agenda de discussões do serviço social brasileiro, embora já esteja amplamente divulgada na mídia e seja objeto de investigação de outros campos de conhecimento (Sociologia, Antropologia, etc.). Logo, os assistentes sociais não encontram na formação profissional um espaço de discussões e amadurecimento sobre os temas da diversidade sexual. Desse modo, suas intervenções tendem a ser baseadas no senso comum (família, mídia, etc.), nos valores e concepções apreendidas das lideranças religiosas a que estão (ou foram) submetidos, ou no seu engajamento político no movimento LGBT.

Cabe destacar, que o mesmo não ocorre na formação do serviço social em outros países. Os valores de gênero da profissão

são amplamente debatidos e contam com um periódico exclusivo para tal (Affilia. *Journal of Women and Social Work*, editora SAGE, a partir de 1986). Assim também, os dilemas da identidade religiosa dos profissionais estão na agenda de discussões internacionais desde os anos 1950, sofrendo uma inflexão com a publicação de Loewenberg (1988) "*Religion and Social Work Practice in Contemporary American Society*". Nesta o autor analisa os possíveis impasses existentes na prática dos assistentes sociais, sendo os mesmos derivados das crenças religiosas de profissionais e usuários.

Por fim, a pesquisa com as lideranças religiosas sobre a diversidade sexual ilumina este campo temático e de intervenções do serviço social, mostrando sua complexidade interna. Os assistentes sociais brasileiros, da mesma forma que a sociedade brasileira, encontram ainda limitações para lidar com a diversidade sexual, impondo, com isso, grandes desafios ao fazer profissional.

NETO, J. P. S.; et. al.. The representations of the sexual diversity in the religious field. *Revista Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 18, n. 1, p. 241-276, 2009

ABSTRACT: The text brings a discussion on the importance of themes related to the sexual diversity for the Brazilian Social Service. A great proportion of social workers is religious, acquiring conceptions about sexuality from their religious formation. This way, in his professional practice the social worker needs to work with sexuality conceptions with which he was not trained. The article shows the different conceptions of sexual diversity of the religious groups - Catholic, evangelical and spiritualist - through the speech of their leaderships.

KEYWORDS: Sexual diversity. Social Service. Religion

Referências

BARDIN, Laurence. *A análise de conteúdo*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO/ MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Brasil sem homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

- CAVALCANTI, M. L. V. C. Vida e morte no Espiritismo kardecista. *Religião e Sociedade*. v. 24, n. 2, p.11-27, 2005. Disponível em <<http://www.lauracavalcanti.com.br/publicacoes.asp?codigoarea=1>>
- _____. O Espiritismo. In: LANDIM, Leilah (org.). *Sinais dos Tempos: diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1990, p.147-155.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993, v. 1.
- _____. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994, v. 2.
- FERNANDES, R. et al. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998
- FOUCAULT, M. Sexualidade e Poder. In: _____. *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 56-76.
- _____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOMES, A. M. A. As Representações Sociais do Corpo e da Sexualidade no Protestantismo Brasileiro. *Revista de Estudos da Religião*. n. 1, p. 1-38, 2006.
- JURKEWICZ, R.S. Cristianismo e homossexualidade. In: GROSSI, M. P. et al. (orgs.). *Movimentos Sociais, educação e sexualidade*. Rio de Janeiro: Gramond, 2005.
- LOEWENBERG, F. M. *Religion and social work practice in contemporary American society*. EUA: Columbia University Press, 1988.
- MAFRA, Clara. *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- MALDONADO, S. C. A Sociologia do Segredo. *Revista Política e Trabalho*. PPGS - UFPB, 1999
- NATIVIDADE, M e OLIVEIRA, L. Religião e intolerância à homossexualidade. In: SILVA, V. G. (org.) *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2007. p.261-302.

- MACHADO, M. D. C. *Carismáticos e Pentecostais: Adesão Religiosa e Seus Efeitos Na Esfera Familiar*. Campinas: Editora Autores Associados/ ANPOCS, 1996.
- _____. Conversão religiosa e a opção pela heterossexualidade em tempos de AIDS. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 11, p. 275-302, 1998.
- MARIANO, R. . Islâmicos e evangélicos na arena pública. *Veredas* (Rio de Janeiro), Belo Horizonte, n. 1, p. 49-64, 2000.
- RIBEIRO, L. *Sexualidade e Reprodução: O Que Os Padres Dizem E O Que Deixam De Dizer*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SERBIN, P. *Padres, celibato e conflito social - uma história da Igreja Católica no Brasil*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SIMMEL, G. *O Segredo*. Política e Trabalho. 15, setembro de 1999. p. 221-226.
- SIMÕES, Pedro. *Gênero, Origem Social e Religião: os estudantes de serviço social do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: E-Papers/FAPERJ, 2009.
- TADVALD, M. Corpo e possessão na teodicéia racionalista do espiritismo. *Ciências Sociais e Religião*. Porto Alegre, ano 9, n.9, p. 117-139, set. 2007.
- TRASFERETTI, J. A. *Teologia e realidade social*. Campinas / SP: Editora Alínea, 1998.
- United States Conference of Catholic Bishop. *Always Our Children: A Pastoral Message to Parents of Homosexual Children and Suggestions for Pastoral Ministers*. USA, 1997.
- XAVIER, Francisco. *Vida e Sexo. Pelo Espírito Emmanuel*. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2007.

Artigo recebido em 05/2009. Aprovado em 06/2009